

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: CONFLITOS E CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA NA RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Renata Azevedo Campos	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Esse texto se propõe a uma análise das repercussões das demandas estudantis no interior do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/IPES, quando da Reforma Universitária de 1968, tendo em vista a importância da perspectiva empresarial do IPES nos rumos da educação pós-64. A mobilização acerca da Reforma Universitária ganhou fôlego, no Brasil, no início da década de 1960, a partir de crescente engajamento político estudantil, com o protagonismo da União Nacional dos Estudantes e dos Centros Populares de Cultura. Suas principais bandeiras eram a democratização do acesso; a extinção da cátedra vitalícia; autonomia universitária e o co-governo nos órgãos colegiados. Ainda que a Reforma Universitária tenha surgido em contexto de forte repressão aos movimentos sociais, a pressão dos estudantes não pode ser negligenciada. As políticas educacionais da ditadura empresarial-militar buscaram dar conta dos anseios da juventude e, ao mesmo tempo, silenciar aqueles que atuavam junto a entidades combativas, como a UNE.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Reforma Universitária. Movimento Estudantil. IPES.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This text proposes an analysis of the impact of student demands within the <i>Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/IPES</i> in the 1968 University Reform, considering the importance of the business perspective of IPES in the course of post-64 education. The mobilization on the university reform gained momentum in Brazil in the early 1960s, from increasing student political engagement with the leadership of the <i>União Nacional dos Estudantes/UNE</i> and <i>Centros Populares de Cultura/CPCs</i>. Their main goals were the democratization of the access to the university; the extinction of lifetime professorship; university autonomy and co-government into the collegiate bodies. Although the University Reformation arose in the context of strong repression of social movements, the students pressure could not be neglected. Educational policies of corporate-military dictatorship sought to realize the aspirations of youth and at the same time, silencing those who worked with the combative entities, such as UNE.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
University Reform. Student Movement. IPES.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, Classe e Luta de Classes.			

A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: conflitos e construção hegemônica na relação entre o movimento estudantil e o instituto de pesquisa e estudos sociais

Introdução

A análise da política educacional da ditadura empresarial-militar brasileira deve levar em conta os interesses dos diferentes setores que sobre ela se debruçaram. Ainda que possamos identificar frações de maior destaque na correlação de forças, diversos atores se organizaram em torno de seu projeto de educação e sociedade e desempenharam algum grau de pressão sobre a política governamental.

No que tange o ensino superior, e mais especificamente a universidade, os anos 60 assistiram um acirrar de posições nos termos de qual seria o seu papel. Nos polos do debate se encontravam, de um lado, aqueles defensores da universidade crítica e implicada com os problemas conjunturais e estruturais e, de outro, aqueles que temiam tal engajamento, negando que sua própria concepção fosse de alguma forma engajada. Entre os polos, encontravam-se uma série de posições das quais se destaca a concepção liberal de universidade, comprometida com a multiplicidade de formas de conhecimento e também com a ciência desinteressada. (CUNHA, 1988)

O golpe de 1964, além da feroz repressão, representou o engajamento da universidade na modernização do capitalismo brasileiro, aproximando-a do modelo norte-americano, não só pelos departamentos e sistemas de crédito, mas por um novo *ethos* mais pragmático. No entanto, essa diretriz precisou ser adaptada e conformada aos projetos em disputa, ainda que sob a hegemonia do projeto tecnocrático. (LEHER, 2013)

Por trás desse projeto vencedor encontravam-se as frações mais dinâmicas do capitalismo brasileiro, as agências internacionais e também alguns setores internos à universidade. Para analisar a recontextualização da modernização sob os moldes norte-americanos no Brasil, é necessário, portanto, estabelecer a relação entre o processo de internacionalização e monopolização da economia com a política do período e os elementos internos à própria universidade. Em âmbito interno à universidade, essa recontextualização foi feita, antes do golpe, por figuras como Roberto Santos e Anísio Teixeira, pela UFBA, UnB e ITA, e depois pelos setores universitários engajados nos conselhos dos órgãos de fomento à ciência e tecnologia; externamente, ela foi feita por agência como IPES, USAID, Banco Mundial, pela tecnocracia militar e pelos operadores do Estado – aqui se destacando o Grupo

de Trabalho da Reforma Universitária, Ministério do Planejamento, Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, Conselho Federal de Educação e o MEC. Posições de resistência também se mostram de crucial importância para a compreensão do processo. (CUNHA, 1988)

Dentre esses atores e organizações, existiam diversas nuances que os separavam, por um lado, e os aglutinavam, por outro, na disputa pelos rumos da política educacional. Na correlação de forças, damos especial destaque para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/IPES, não somente pela sua capacidade centralizadora dos interesses empresariais, mas sobretudo pela sua ingerência em postos estratégicos da política ditatorial. Analisamos o IPES como um instrumento da burguesia multinacional e associada – classe dominante economicamente – que, através de seus intelectuais orgânicos, visava organizar os seus interesses enquanto fração de classe, de forma a construir uma vontade coletiva reconhecida não só por outras frações burguesas, mas também por parcelas da classe trabalhadora. (DREIFUSS, 1981).

Todo grupo social ligado a alguma atividade produtiva cria para si os intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua função econômica, social e política; são esses os seus intelectuais orgânicos. Função semelhante possui o partido político que, igualmente, deve coesionar e difundir os interesses de uma determinada classe na perspectiva de torna-los de toda a sociedade. (GRAMSCI, 2014) Essa era a função do IPES antes do golpe e, de forma menos evidente, continuou a ser após 1964, quando seus membros dirigentes já ocupavam os postos de destaque da sociedade política.

A perspectiva de construção da hegemonia implica, portanto, o consenso, ou seja, a contemplação de interesses de outra classe ou fração de classe na perspectiva de construção de uma vontade coletiva, a partir da qual uma elite orgânica consiga não somente dominar, via coerção, mas também dirigir a sociedade. Caso contrário, “a luta política transforma-se assim numa série de episódios pessoais entre quem é bastante esperto para se livrar das complicações e quem é enganado pelos próprios dirigentes e que não quer se convencer disso por causa de sua incurável estupidez.” (GRAMSCI, 2014, p.55)

Nesse sentido, pretendemos analisar a repercussão do movimento estudantil e suas demandas no interior do IPES, entendendo que a expressão da crise estudantil impossibilitava um olhar negligente para ela por parte daqueles se propunham pautar os rumos da reforma universitária. Assim como a lei 5.540/68 precisou negociar com alguns interesses estudantis, entendemos que dentro do próprio IPES esses mesmos interesses tiveram alguma ressonância, ainda que concomitante ao silenciamento das lideranças estudantis combativas.

Primeiramente, faremos breves considerações sobre a relação da ditadura empresarial-militar com o IPES e deste último com a lei 5.540/68 que reformou a universidade brasileira. Num segundo momento, recuperaremos alguns momentos do movimento estudantil, em especial no período que antecede a nova lei. E, por último, analisaremos algumas conferências proferidas no Fórum de educação “A educação que nos convém”, organizado pelo IPES, em outubro de 1968.

A Ditadura, o IPES e a Reforma Universitária

O processo de industrialização brasileiro se deu em quadro conflitivo entre os setores urbano-industrial e o agroexportador, conflito esse que resultou em um compromisso a partir do qual a exportação agrícola garantia as divisas estrangeiras necessárias à obtenção de máquinas e equipamentos no exterior para o setor industrial. Nesse sentido, a produção agroexportadora se mostrou essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro nos marcos do capitalismo. Em contrapartida, ela era beneficiada pelas novas estruturas de escoamento e pela proteção da estrutura da terra e do trabalho. Em síntese, o moderno se alimentava do arcaico. (OLIVEIRA, 2003; MENDONÇA e FONTES, 1988)

A partir de Getúlio Vargas, que chega ao poder através de um golpe de Estado em 1930, a industrialização, no Brasil, tem seu primeiro salto qualitativo. Vemos a internalização de parte do setor de bens de capital, a partir das empresas estatais, o que favoreceu a substituição das importações dos bens de consumo correntes, capitaneado pelo capital nacional. No entanto, é a partir da década de 1950, principalmente com Juscelino Kubistchek, que temos a criação das indústrias de bens de consumo duráveis, através do estímulo ao capital estrangeiro e associado. Esse setor, que se mostrou como arranque da economia, exigia grandes fluxos de importação para montagem de equipamentos e envio de lucros para as matrizes. Nesse contexto, o Estado assumiu uma política fiscal conservadora a partir da qual a restrição de sua receita era compensada com o recurso ao capital estrangeiro para suas inversões em energia, transporte etc. Mantinha uma participação na economia tanto direta, através do investimento em infra-estrutura e bens de capital, quanto indireta, com o financiamento através do BNDE. Por meio dessas articulações, se inicia um processo de concentração de capitais e monopolização do setor de bens de consumo duráveis, ao qual era incorporada a tecnologia sofisticada. (MENDONÇA e FONTES, 1988)

O empresariado brasileiro estava, nesses termos, articulado ao capital internacional e vinha tentando se acomodar ao bloco de poder populista através de uma administração

paralela¹. Quando esse Estado mostrou maiores entraves às reformas necessárias aos interesses das frações multinacionais e associadas, ela se viu obrigada a lançar mão de outros meios – golpe militar. Essa fração burguesa vinha crescendo, no Brasil, desde o fim da 2ª Guerra Mundial a partir da nova divisão internacional do trabalho que deu lugar a uma forte concentração e centralização do capital e a um controle oligopolista de mercado, tudo isso ligado à penetração de um bloco multinacional protagonizado pelos Estados Unidos. (DREIFUSS, 1981)

O Golpe de 1964 remonta, portanto, às contradições presentes já no governo de Juscelino Kubitschek, quando o conservadorismo do congresso, consequência da política populista conciliatória, obrigou a criação de uma administração paralela para que a burguesia industrial ligada ao capital estrangeiro executasse o Plano de Metas. A crescente instabilidade política gerada pelo aumento da consciência coletiva dos trabalhadores, somada às limitações de uma elite política conservadora ligada aos interesses agroexportadores, gerou, por parte daquela já fortalecida burguesia multinacional e associada, uma demanda pelo executivo materializada no Golpe dado durante o Governo de João Goulart.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais representa a fase política desses interesses multinacionais e associados numa perspectiva de organizá-los e difundi-los tornando-os de toda a sociedade; a universalização de uma visão de mundo conhecida como hegemonia. Portanto, como uma entidade de uma fração de classe que se pretendia direção, e não somente domínio, visava construir o consenso com outros setores da classe dominante e também da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, tinha em sua organização associações empresariais representantes da ala mais dinâmica da burguesia nacional - como o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a American Chambers of Commerce, entre outros -, mas também associações representativas de outras frações da classe dominante e até da classe trabalhadora.

O Estado brasileiro após o golpe de 1964 não estava, portanto, acima das classes sociais, nem tampouco estava a serviço dos militares, como se tentou consensuar, mas representava os interesses da burguesia multinacional e associada, através da atuação IPES em diálogo com a Escola Superior de Guerra, num processo em que sua elite orgânica buscava exercer hegemonia sobre as classes dominadas e também sobre setores da classe dominante. (DREIFUSS, 1981) Dessa forma, as políticas públicas educacionais, além de incorporarem os

¹ O termo administração paralela se refere a um artifício utilizado durante o governo Kubitschek para contornar os entraves do conservadorismo do congresso e dos conflitos existentes e dinamizar a execução dos projetos através de novos órgãos diretamente ligados ao executivo. (MENDONÇA, 1985)

interesses da classe dirigente, precisavam dialogar com as demandas reais das classes populares, assim como com os interesses de outras frações da classe dominante.

Partindo dessa análise do golpe de 1964 como um golpe de classe e das articulações que o tornaram viável, o que a elite orgânica tinha como perspectiva era o aparelhamento do Estado, direta ou indiretamente, pela burguesia multinacional e associada, bem como a repressão dos trabalhadores e suas formas de resistência que vinham num crescente desde fins dos anos 1950. Dessa forma, vemos emergir o que Virgínia Fontes (2010) chamou de ampliação restrita do Estado, em que, por um lado, as formas associativas empresariais pré-existentes se mantêm e se aprofundam e, por outro, as entidades organizativas populares são estranguladas.

No que se refere ao pensamento educacional, a Teoria do Capital Humano, surgida nos Estados Unidos em meados da década de 50 a partir das ideias de Theodore W. Schultz, é incorporada pela classe dominante brasileira, justamente pelos representantes do capital multinacional e associado, em meados da década de 60. A partir do IPES, a elite orgânica do Brasil realizou estudos e seminários para refletir e lançar propostas acerca da educação nacional. (CARVALHO, 2007) Tendo como exemplo o seminário de 1968 “A educação que nos convém”, pode-se afirmar que o IPES tinha na Teoria do Capital Humano as diretrizes para suas propostas educacionais, propostas essas incorporadas pelas políticas públicas do Estado Militar, principalmente pela Lei n. 5.540/68 da Reforma Universitária e pela Lei n. 5.692/71 que reforma as diretrizes e bases da Educação Básica.

A Teoria do Capital Humano, desdobramento da teoria econômica neoclássica, parte do pressuposto de que o somatório da produtividade do capital fixo mais a quantidade de trabalho disponível não bastam para explicar o desenvolvimento e crescimento econômico. Para completar essa fórmula, seria necessário incorporar o fator humano, que desvelaria o funcionamento de diversos pontos de ordem econômica, na esfera macro e micro, como o desenvolvimento de um país, a variação dos salários e a desigualdade social. A função educacional deveria, portanto, se voltar para o processo produtivo, cabendo ao Estado o investimento em educação para o crescimento econômico e aos indivíduos a responsabilidade pela sua formação para incorporação qualificada no mercado de trabalho. (FRIGOTTO, 1984)

É possível observar uma confluência de interesses e, muitas vezes, de nomes entre a burguesia multinacional e associada e os operadores da política econômica. Esses últimos, em conformidade com o que o IPES preconizava para a educação, situavam a universidade como o espaço de formação dos recursos humanos e também de suporte às demandas do Estado que absorvia novas tecnologias em suas empresas estatais. Na área de planejamento do governo

era, portanto, central a vinculação da universidade com a economia a partir da formação para o mercado de trabalho. A demanda pela expansão capitaneada pelos movimentos sociais se submetia aos interesses do Estado tecnocrático e da burguesia local. Não obstante, o vínculo com o mercado de trabalho também possuía um caráter persuasivo ao representar as perspectivas de ascensão social. (LEHER, 2013)

A perspectiva educacional do IPES se fez presente na política educacional não somente na Lei 5.540/68, mas também nos programas e decretos que a antecederam. Daremos alguns exemplos.

Para começar, podemos citar o Plano de Ação Econômica do Governo – 1964 a 1966, que tinha em sua direção uma figura central do IPES, o economista Roberto Campos. O PAEG se firmou como o detalhamento do projeto alternativo do IPES às reformas de base. Foi nesse plano que a educação apareceu, pela primeira vez, como “capital humano”. Nele, é criticada a expansão desordenada do ensino superior e é indicado que o critério da demanda social seja abandonado em benefício do critério econômico. Também versava sobre a necessidade de entrosamento entre o ensino superior e os estabelecimentos do sistema produtivo e também de treinamento de técnicos de nível intermediário - entre o médio e o superior. Em relação ao financiamento, indicava o ensino pago nos estabelecimentos oficiais, sob a forma de pagamento direto ou bolsas restituíveis.

Além da presença nesse plano, Victor D’Arinos, associado do IPES, chefiou a Comissão para Melhoramento e Expansão do Ensino Superior e o líder ipesiano General Heitor Herrera se tornou diretor do programa responsável pela Coordenação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

“A nova política educacional tornou-se a expressão da ‘reordenação das formas de controle social e político’, funcional para as exigências dos interesses econômicos que tornaram necessária a reformulação do sistema político e da economia, em primeiro lugar. A educação superior era relativamente favorecida em oposição à educação popular, revelando a preocupação com a mão-de-obra mais qualificada para os escalões mais altos da administração e da indústria.” (DREIFUSS, 1981, p. 442)

Quanto à sua participação na lei 5.540/68, além da ingerência de suas ideias modernizadoras nas formulações do Grupo de Trabalho responsável por ela, temos alguns nomes que se cruzam nesse processo. É o caso, por exemplo, do Padre Fernando Bastos

D'Ávila, um dos conferencistas do Fórum “A educação que nos convém”, que foi membro do GT da reforma universitária. Outros dois membros do GT estiveram na plateia do mesmo fórum, Antônio Moreira Couceiro e João Lyra Filho. Além desses, o conferencista do fórum e também deputado Raymundo Padilha compôs a comissão mista que se debruçou sobre o anteprojeto formulado pelo Grupo de Trabalho.

Passemos agora a um breve histórico da Lei ° 5.540/68.

Em 2 de julho de 1968, foi baixado o Decreto nº 62.937 o qual manda instituir um grupo de trabalho para estudar a reforma do ensino superior, composto por 11 membros designados pelo presidente e o ministro da educação . A composição do GT comportava pessoas de formação filosófica idealista e economista tecnicista, o que fez emergir uma concepção dual de universidade. “Para conciliar esse duplo ponto de vista, idealista e o tecnicista, os membros do GT subordinaram a função da universidade de propulsora do desenvolvimento à constituição da ‘liderança espiritual’ desse processo.” (CUNHA, 1988, p. 243) Apesar desse idealismo, a autonomia universitária era vista de forma limitada e limitadora, se restringindo à racionalidade na distribuição dos recursos combinada à gestão estatal. Além disso, o relatório limitava a participação docente na direção, abrindo para pessoas que possuam “alto tirocínio” na vida pública ou empresarial, em conformidade com o Relatório Atcon.

Já em 16 de agosto de 1968, o ministério da educação enviou ao presidente da república, além de anteprojeto de lei e decretos, o relatório final do GT, o qual ficou sendo digerido ao longo de um mês e meio. Em 2 de outubro, o presidente encaminhou ao Congresso os anteprojeto de lei oriundos do GT. Em 2 de novembro, o Congresso nacional aprovou a lei que fixava “normas para a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”. Após vários vetos, a presidência sancionou a lei 5.540, a 28 de novembro de 1968.

Não cabe aqui percorrer todo o caminho da lei delineando os processos pelos quais passou no governo federal e na comissão da Assembleia legislativa, observando os desacordos e continuidades. Nos restringiremos a apontar alguns elementos, elencados de maior relevância, relacionando-os com o que foi anteriormente apresentado.

Ainda que a Reforma Universitária de 1968 represente uma inflexão no sentido do modelo norte-americano, não somente em estrutura, mas em função de um *ethos* mais pragmático, ela também bebeu nas fontes do modelo alemão, em sua matriz autoritária esboçada por Fichte. Os pontos de maior destaque nesse último sentido são: a perda de autonomia que expulsava direta e indiretamente professores universitários desde o AI-1;

racionalização dos meios em relação aos fins com o sistema de departamentos e créditos; a estruturação do múltiplo buscava por ordem no pluralismo universitário seja com convencimento ou repressão. (LEHER, 2013)

Em termos mais amplos, a reforma precisou dialogar com as demandas do movimento estudantil e setores universitários resistentes e com os grupos ligados ao regime que compunham o bloco no poder, expressos no IPES, nas agências internacionais, outros setores universitários, entre outros. Dessa forma, o projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho responsável aboliu as cátedras, proclamou a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a autonomia universitária e elegeu a universidade como forma de organização preferencial; por outro lado, instituiu o sistema de créditos, matrículas por disciplina, cursos de curta duração e racionalização da estrutura e funcionamento. Aprovado no congresso, os aspectos “prejudiciais”, principalmente relacionados à autonomia, foram vetados pelo presidente. Na prática, a expansão do ensino superior se deu através das escolas isoladas privadas. (SAVIANI, 2010)

O Movimento Estudantil

Nos anos que antecederam o golpe, projetos de sociedade e de educação estavam disputa; concomitante à organização da burguesia multinacional e associada, esse foi o período de ascensão da luta dos trabalhadores, do movimento estudantil, das manifestações culturais.

Avançou, articulada à luta dos trabalhadores, a atuação organizada de certos sujeitos sociais coletivos, principalmente os estudantes universitários. Tendo como principal polo de articulação a União Nacional dos Estudantes/UNE, sua inclinação progressista se acentuou ainda mais com a criação, em 1961, dos Centros Populares de Cultura, a partir dos quais orientavam-se para além dos limites das Universidades. Na realidade, os CPCs não estavam isolados, mas faziam parte de processo de renovação cultural e mobilização do mundo que se via atravessado pela cultura.

Os anos que antecedem o golpe foram, portanto, de complexificação da sociedade civil e de multiplicação de suas formas organizacionais, compondo um cenário de ampliação da consciência coletiva das classes fundamentais que se envolviam na disputa em torno dos encaminhamentos possíveis para o desenvolvimento social. Se, por um lado, a organização empresarial já possuía algum histórico de constituição, por outro, “essa efervescência política expressava um fenômeno novo: a diversificação e a articulação de agências que, na sociedade

civil brasileira, expressavam os interesses e as aspirações das classes exploradas e das camadas subalternas.” (NETTO, 2014, p. 46)

Ainda nesse contexto, a mobilização em torno da Reforma Universitária ganha fôlego no início da década de 1960, a partir de crescente engajamento político, com o protagonismo da UNE e dos CPCs. Suas principais bandeiras eram a democratização do acesso; a extinção da cátedra vitalícia; autonomia universitária, compromisso social e o co-governo nos órgãos colegiados. Somado a isso, tínhamos o problema dos excedentes, ou seja, de pessoas que estavam aptas ao ingresso no ensino superior, mas que se encontravam limitadas pelo número reduzido de vagas. Ainda que o golpe de 1964 tenha prejudicado a mobilização, ela ressurgiu e ganhou peso até a implementação do AI-5, pouco tempo depois da promulgação da lei 5.540/68. (TRINDADE, 2004)

No contexto do imediato pós-golpe, a agitação estudantil se inseria em quadro de inadequação entre o ensino superior, a estrutura produtiva e o grau de urbanização da sociedade. Num contexto em que a industrialização expandiu o mercado de trabalho para as profissões universitárias, o ensino superior se mostrava defasado tanto quantitativa quanto qualitativamente. Ampliava o problema dos excedentes o fato de que a conjuntura econômica pós-64 dificultava a ascensão das camadas médias via investimento e reprodução de capital, gerando uma maior demanda pelo ensino superior. A esquerda do movimento estudantil buscava canalizar a insatisfação dos estudantes. (ROMANELLI, 1982)

O desenrolar do golpe e o regime militar se mostraram ainda mais autoritários e empreenderam um forte ataque ao movimento estudantil e às suas entidades representativas. Foram muitas as ofensivas da ditadura contra a organização estudantil autônoma. Se, por um lado, o governo reprimia as entidades combativas e seus líderes, por outro, criava uma rede de representação oficial como forma de controlar e canalizar a insatisfação dos jovens.

Dentre as principais medidas tomadas nesse sentido, estão a Lei Suplicy, o decreto Aragão que o substituiu aprofundando-o e a criação, ainda uma semana antes do golpe, dos Centros Integrados Escola-Empresa. A Lei Suplicy, de novembro de 1964, veio oficializar a extinção legal da UNE, além de outras medidas diretas. No entanto, a atividade política estudantil se manteve intensa até 1968 através das “entidades livres”, ou seja, paralelas aos diretórios e centros acadêmicos oficiais controlados pelo governo.

O protagonismo estudantil, logo após o golpe, encontrava-se, principalmente, na luta contra a referida Lei que reprimia o movimento estudantil organizado em diretórios centrais e grêmios. O XXVII Congresso da UNE, em julho de 1965, colocava em destaque a divergência entre aquele que achavam válido se enquadrar ao novo modelo organizativo e

aquele que defendiam a formação de diretórios livres, tese vitoriosa proposta por integrantes da POLOP e do PCdoB.

O ataque ao movimento estudantil era uma forma de minimizar a resistência às medidas que estavam em curso. Logo nos primeiros anos de ditadura uma série de ataques foi feito à educação pública: além da Lei Suplicy, os acordos MEC-USAID, o Relatório Atcon e a proposta do pagamento de anuidades já estavam em curso. Após o acirramento da resistência e da repressão em 1966, novo decreto – de nº 228 – foi baixado em 67 apertando ainda mais o cerco contra as entidades estudantis.

Em janeiro de 1967, a UNE realizou um seminário na cidade de São Paulo tendo como objetivo aprofundamento dos debates acerca dos acordos MEC-USAID. Dele, saíram novas bandeiras de reivindicação: mais verbas para a educação, denúncia da atuação dos organismos norte-americanos sobre a educação, crítica à proposta de transformar as universidades em fundações e também à privatização através da entrega do ensino superior ao capital estrangeiro. As entidades estudantis propunham o boicote às medidas baseadas nos acordos e à reforma universitária a ser empreendida pelo governo. (CUNHA, 1988)

O ano de 1968 foi um marco tanto no que se refere à ampliação das formas de resistência e grupos apoiadores, quanto no que se refere à acentuação da repressão, cujo ponto máximo foi ato institucional nº 5. Nesse mesmo ano, foi criado o grupo de trabalho da reforma universitária.

Ainda que a Reforma Universitária tenha surgido em contexto de forte repressão aos movimentos sociais, a pressão dos estudantes não pode ser desconsiderada no entendimento de suas resoluções finais. As resoluções da ditadura, em termos educacionais, buscaram dar conta dos anseios dos jovens insatisfeitos e, ao mesmo tempo, silenciar aqueles que atuavam junto a entidades como a UNE. O que se preconizava era a combinação de coerção e persuasão também com estudantes na criação desse novo *ethos* educativo, em conformidade com o espírito do capitalismo. (LEHER, 2013)

Cabe lembrar que, a despeito de não terem aparecido, dois estudantes foram convidados para o Grupo de Trabalho responsável pela Reforma Universitária. Ainda nessa perspectiva de construção do consenso, além do fim das cátedras vitalícias, podemos citar que, após essa radicalização da coerção em relação aos estudantes, a Reforma universitária acabou por restabelecer a sua participação nos colegiados superiores, ainda que com diversas limitações. Também por influência da pressão estudantil, a equipe encarregada da Reforma Universitária pelos acordos MEC-USAID passou de Equipe de Planejamento do Ensino

Superior para Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, com objetivos um tanto mais modestos.

Nada disso deve, logicamente, obscurecer o caráter autoritário da reforma e do arranjo político que a legitimou.

“É preciso que fique bem claro, de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panaceia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos.” (FERNANDES, 1975, p. 204)

Recepção das demandas estudantis no interior do IPES

Após o golpe de 1964, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/IPES realizou dois encontros para tratar dos rumos da política educacional. O primeiro deles foi um Simpósio sobre a educação, entre 1964 e 65, onde foi defendido o modelo estrutural norte-americano, as autarquias, a ínfima participação estudantil nas esferas decisórias, a leitura privatista de financiamento e a obrigatoriedade da educação física. Contribuíram na elaboração dos textos prévios do simpósio, os especialistas J. Roberto Moreira e Peri Porto. Apesar de suas ideias terem marcado a política de governo de então, não nos determos nesse encontro pelo fato dele não tratar diretamente da agitação estudantil e de suas reivindicações.

Nossa análise se debruçará sobre o Fórum “A educação que nos convém” que, realizado em 1968, contava com a presença de diversos especialistas, empresários e políticos. Esse recorte se justifica pela constante referência, tanto nas conferências quanto nos debates, às questões estudantis, sendo a própria convocação do encontro motivada pela revolta que se acirrou no mesmo ano. Elucidativo dessa preocupação é o fato de que, dos onze temas que dividiam o fórum, seis se referiam exclusivamente ao ensino superior.²

Antes de analisar o fórum em questão, cabe apontar que, mesmo antes de 1964, o IPES já se preocupava e tinha política para o movimento estudantil, numa perspectiva de desarticular a esquerda organizada, principalmente, na UNE. Nesse sentido, o instituto concedia assistência financeira, técnica e administrativa, “que se estendiam desde o envolvimento nas eleições estudantis, fundos para publicações e atividades até subsídios para

² Esse privilégio da temática do ensino superior não se dava somente em resposta à revolta estudantil, mas também pela própria preocupação do Instituto com a formação da mão-de-obra qualificada.

atividades específicas, projetos e indivíduos e o patrocínio de viagem aos Estados Unidos para estudantes.” (DREIFUSS, 1981, p. 283). No entanto, apesar de todos os esforços, o movimento estudantil se mantinha inclinado para a esquerda e unia suas forças, juntamente com o movimento sindical, em prol das Reformas de Base.

O golpe frustrou as expectativas da juventude, engajada nas reformas, logo em seus primeiros dias, quando diversos líderes estudantis foram presos, a UNE interdita e uma série de universidades invadidas. Apesar disso, a luta continuou e, como já foi dito, se acentuou em 1968, mesmo ano em que o IPES realizou o seu Fórum. Isso demonstra que, em paralelo à opressão da juventude organizada, havia uma necessidade de construção do consenso com determinados setores importantes para a sustentação do regime. Isso se explica pelo fato de que a mesma classe média que havia cerrado as fileiras do golpe via, nos anos posteriores, seus filhos sofrerem com o problema dos excedentes. Essa necessidade transparece em diversos momentos do Fórum “A educação que nos convém”.

O encontro foi dividido em onze temas, para os quais havia um conferencista e um ou dois debatedores convidados; além desses, algumas pessoas da plateia também se inscreveram nos debates. Dentre esses sujeitos, havia membros internos e externos da Universidade, do IPES e do governo, sendo que nenhum era estudante³.

As diversas conferências, e seus debates, tinham recortes diferentes e perspectivas heterogêneas, em conformidade com a posição social dos sujeitos e seus diferentes pontos de vista. No entanto, ainda que preocupado em trazer os diferentes setores que atuavam ou gravitavam em torno da política educacional, o IPES se propunha a articulação de um determinado campo de interesses, compatível com a política econômica das frações multinacionais e associadas. Nesse sentido, as demandas estudantis atravessam todo o fórum, mas de forma mediada pelas vozes de economistas, administradores educacionais, engenheiros etc., e nunca protagonizadas pelos próprios estudantes.

O reconhecimento da luta estudantil, concomitante à crítica de suas táticas e ideais, foi uma unanimidade entre aqueles que comentaram o problema. O que se mostra latente é a compreensão, entre os conferencistas e debatedores, de que a crise estudantil é incontornável, mas que deveria ser pautada a partir de outros interesses, os seus. O conferencista Lucas Lopes, após valorizar a crítica à tudo feita pelos estudantes, conclama: “Vamos nós, que não estamos comprometidos apenas com a destruição, tentar formular algo de construtivo.” (IPES, 1969, p. 129)

³ Há indícios de que o convite de estudantes foi objeto de polêmica entre os organizadores. (SOUZA, 1981)

Essa era a tarefa que o IPES parecia se colocar, se antecipar às mudanças que estavam em curso, de modo a encaminhar o seu projeto e submeter aos seus interesses os outros projetos que não poderiam ser negligenciados. A reforma educacional era também importante para as frações que se organizavam e dirigiam o IPES, na perspectiva de vinculação da educação com o mercado de trabalho, o que, ao mesmo tempo, também possuía um caráter persuasivo ao representar as demandas de ascensão social. (LEHER, 2013)

A conferência realizada pelo Padre Fernando Bastos D'Ávila, intitulada “Objetivos e métodos da educação brasileira” é, para nós, bastante significativa. Em primeiro lugar, pela posição do conferencista de vice-diretor da PUC/RJ e membro do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, e, em segundo lugar, pelo seu posicionamento representar uma síntese da condução desse processo, na medida em que corroborava com os interesses dominantes e apresentava um discurso voltado para o consenso, principalmente em relação às agitações e demandas estudantis.

Toda essa conferência foi pautada pelas reivindicações da juventude, tentando entender as suas causas e buscando soluções para os problemas. Cabe apontar, inicialmente, que essa agitação não foi criticada, em nenhum momento, pelo padre, ainda que ele mostrasse algum incômodo com o fato de as lideranças estudantis levarem essa crítica a uma contestação geral da sociedade, associando a temática da educação nacional à crítica ao regime.

Entendendo que, no período, tudo estava sendo questionado pelos jovens, toda a base moral que aparentava ser sólida era então criticada, o conferencista propunha algumas coisas para educação. Dizia, primeiramente, que a educação não devia servir para domesticação e nem para a mera contemplação, distanciada da realidade. A educação devia se inserir em seu contexto, sem, contudo, ser uma mera formação para o mercado de trabalho. A educação devia se destinar à valorização dos recursos humanos da nação, através da democratização do ensino, sem descurar, por outro lado, da criação cultural há muito empreendida por uma elite, ou seja, uma democratização que não negligencie a qualidade. Nesse sentido, a educação deveria buscar dar conta da transmissão da herança cultural – principalmente através do ensino – e da renovação – por meio da pesquisa.

Todo o avanço que esse pensamento representa para a realidade de então esbarra, no entanto, em algumas questões práticas que aparecem nas entrelinhas do discurso do padre. Em conformidade com a política que vinha sendo desenvolvida pelo ministério do planejamento, o conferencista não privilegiava novas fontes financiamento, mas o planejamento na aplicação dos escassos existentes. Também em sintonia com interesses dominantes, o problema

educacional – para a formação dos recursos humanos – é colocado em primeiro plano em relação à independência de nossa industrialização. “Houve governos que assumiram, como objetivos, a industrialização, a emancipação industrial e econômica do Brasil. Tenho a impressão de que chegou a hora suprema de se colocar como objetivo o problema da educação.” (IPES, 1969, p. 5)

Como afirma Fernandes (1975)⁴, a defasagem entre o avanço abstrato e as limitações práticas é consequência de uma política que se viu entre um movimento de extrema vitalidade, a “Reforma Universitária”, e as demandas de um governo que lhe sustentava. “Foi, portanto, naturalmente levado a explorar uma estratégia expositiva que visava à comunicação – à quebra de barreiras, à conquista de aliados e à transferência de iniciativa para a atuação do governo.” (FERNANDES, 1975, p. 204)

Esse discurso conciliatório não foi unânime entre os conferencistas, o que fica evidente na fala de Roberto Campos, economista e diplomata, que havia sido ministro do planejamento no governo de Castelo Branco. Com a temática da relação entre educação e desenvolvimento econômico, o conferencista afirma que o debate em torno da questão universitária atingiu tamanha proporção somente em função do poder de vocalidade dos universitários, visto que a escola média representa um problema bem maior.

“É que a educação secundária, num país subdesenvolvido, deve atender à educação de massa, enquanto o ensino universitário, fatalmente, terá que continuar um ensino de elite. Donde a necessidade de reformular toda a estruturação financeira do sistema educacional médio, que entre nós, paradoxalmente, é quase totalmente pago, quando deveria ser, pelo menos, objeto de bolsas generosas e gratuitas, a fim de, se dissimular, muito mais um instrumental de educação secundária, que para a grande parte da população deve ser um valor terminal.” (IPES, 1969, p. 76)

Para a universidade, outras questões foram por ele defendidas, como o planejamento com base no mercado e o fim da gratuidade irrestrita. Em realidade, apesar de algumas nuances, a maior parte das soluções colocadas pelos conferencistas para o encaminhamento dos problemas relativos ao ensino superior estiveram pautadas pela tônica da racionalização. Nessa perspectiva tecnocrática, seria racional tudo o que aumentasse o rendimento do

⁴ Essa análise se refere ao trabalho do GT da Reforma Universitária, mas se mostrou apropriada para uma melhor compreensão das contradições que atravessavam o discurso desse conferencista.

processo educacional, ou pela diminuição dos custos ou pelo aumento do benefício pelo mesmo custo. De mesma forma, o mercado entrava como critério privilegiado não somente para medir a produtividade do sistema educacional, mas também para o planejamento de recursos e vagas.

Nesse sentido, algumas propostas defendidas tiveram maior destaque ao longo do Fórum de Educação, foram elas: a educação voltada para o mercado de trabalho, o fim da gratuidade irrestrita, maior participação empresarial na vida universitária, ampliação das possibilidades de formação com a criação dos cursos superiores de carreira curta e a terminalidade do ensino médio.

Apesar de todos esses pontos estarem, de alguma forma, interligados, os dois últimos merecem especial atenção por representarem uma solução que visa conciliar as demandas do mercado de trabalho com o “problema dos excedentes”. Cabe apontar que a lei da Reforma Universitária contemplou os cursos de curta duração e que a terminalidade do ensino médio, ou seja, a profissionalização nesse nível de ensino, foi oficializada em 1971 com a Lei nº 5.692.

Pensando as necessidades da dinâmica de valorização do capital, em geral, e os interesses das frações burguesas ligadas à indústria, em particular, podemos observar que a própria produção demanda diferentes tipos de trabalhador, que compõe o trabalhador coletivo, os quais devem ter uma formação adequada à sua função. (SILVEIRA, 2011) A formação para o trabalho produtivo direto, no período analisado, exigia uma combinação de conformação ideológica com qualificação técnica em função da demanda relativamente pequena por uma formação mais especializada. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo gerou um crescimento do setor terciário e também das funções de gerência e organização da classe dirigente. Nesse aspecto, a educação – especialmente a superior – cumpria papel, mediatamente, produtivo e/ou técnico, fornecendo um saber elaborado para ocupações gerenciais, contrariamente ao saber elementar concedido à classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1984, p. 144-162) Isso explica o dualismo que marca a educação brasileira desde os seus primórdios e que se manteve presente na profissionalização compulsória da lei nº 5.692, de 1971, articulada à inflexão da universidade brasileira para o modelo norte-americano com a reforma de 1968.

Conclusão

A Reforma Universitária de 1968, ainda que tenha sido elaborada sob a hegemonia dos interesses multinacionais e associados, precisou dialogar com os amplos setores que construíram o movimento para sua elaboração; dentre esses setores encontrava-se o movimento estudantil. Combinando repressão às entidades estudantis combativas, contemplação de alguns interesses dos estudantes e adaptação discursiva, a tentativa de construção do consenso permeou não somente a atividade do governo, mas esteve presente também no Fórum “A educação que nos convém”, organizado pelo IPES.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Celso. O simpósio: “A Educação que nos convém: o IPES e a organização político-ideológica da burguesia na década de 1960.” *EccoS*, S. Paulo, v.9, n.2, p. 369-385, jul./dez. 2007.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. Os dilemas da reforma universitária consentida. In: *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1984.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 1993.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LEHER, Roberto. 25 anos de Educação Pública no Brasil: notas para um balanço. In: GUIMARÃES, Cátia, et al.(orgs.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, pp.29-72.
- _____. *A universidade reformanda: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação*. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n. 16, agosto/dezembro de 2013.
- MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura (1964-1985)* São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 3ª ed. Campinas, Autores Associados, 2010.

SILVEIRA, Zuleide S. Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). Niterói, 2011. 445f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SOUZA, M. I. Os Empresários e a Educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

TRINDADE, Hélgio. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. Educação e Sociedade, out., 2004.